

TERRITORIAL



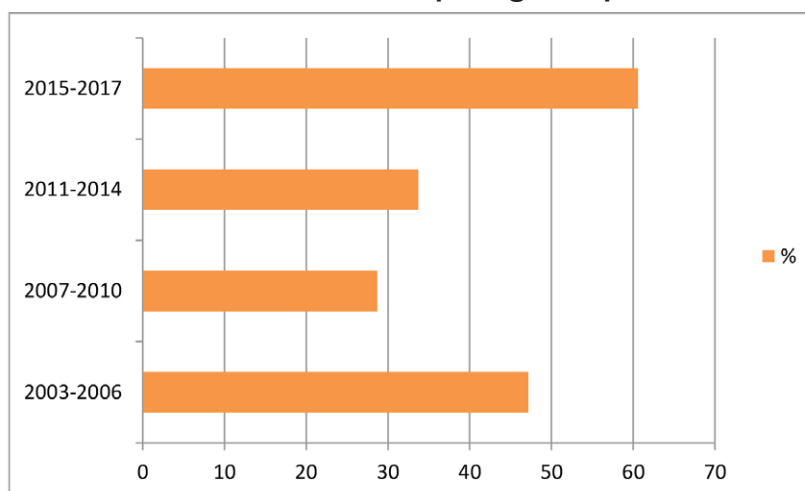
O período pós-golpe foi marcado pelo aumento da violência no campo. Em 2016, o Brasil foi o país do mundo com maior número de assassinatos no meio rural. Em 2017, os conflitos no campo totalizaram 1.431 ocorrências, fruto da desestruturação da política agrária e rural brasileira pelo governo ilegítimo de Temer. A violência no campo esteve acompanhada de redução ao combate do trabalho escravo, paralisação da reforma agrária e pela não demarcação de terras indígenas.

Violência no campo aumentou após o golpe

O período pós-golpe iniciado pela presença ilegítima de Michel Temer na presidência da República vem sendo caracterizado por um conjunto de medidas que representam retrocesso para a política agrária e rural brasileira. Os retrocessos ocorridos nesse período manifestaram-se por meio de mudanças institucionais, legais e orçamentárias da política rural, que por sua vez culminaram em elevação da violência no campo.

Ao comparar o período de 2015-2017, caracterizado como de mudança política, com períodos anteriores percebe-se o aumento da violência no país. No período 2015-2017, a média anual de assassinatos saltou para 60,6. No período 2003-2006, primeira gestão do presidente Lula, a média foi de 47,2 assassinatos; no período 2007-2010, segunda gestão de Lula, a média era de 28,7 assassinatos; e no período 2011-2014, a média do governo Dilma foi de 33,7 assassinatos.

Gráfico 1 – Evolução dos assassinatos no campo segundo períodos. Brasil, 2003-2017



Fonte: Elaboração própria a partir da Comissão Pastoral da Terra, 2018

Retrocessos na política rural e agrária brasileira

O período pós-golpe foi marcado pela redução do combate ao trabalho escravo, pelo aumento dos conflitos no campo, paralisação da reforma agrária e estagnação da demarcação de terras indígenas. Enquanto isso, a pauta do Congresso e do governo serve para favorecer interesses do agronegócio e de grandes corporações da indústria química de defensivos.

A política de favorecimento dos grandes proprietários de terra vem colocando o Brasil em posição negativa em relação aos conflitos pela terra e pelas mortes deles decorrentes. Segundo o relatório *“Defender la Tierra: Asesinatos globales de defensores/as de la tierra y el medio ambiente en 2016”*, produzido pela organização sem fins lucrativos *Global Witness*, a violência no campo vem aumentando de forma global no período recente e o Brasil foi o país do mundo com maior número de homicídios no campo em 2016. Foram registradas duzentas mortes em 24 países diferentes, o que significou uma elevação de 10% das mortes em relação ao ano anterior.

Em relação ao aspecto institucional houve grande desestruturação das ações públicas da agricultura familiar com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio da Medida Provisória 726, de 12 de maio de 2016. O antigo ministério se reduziu a recém-criada Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário alocada na Casa Civil da Presidência da República e loteada pelo Partido Solidariedade.

No que se refere aos aspectos legislativos houve um conjunto de Leis e Projetos de Lei a favor da bancada ruralista. Entre elas destaca-se a Lei nº 13.465/2017, conhecida como MP da grilagem, que formaliza em grande escala as terras públicas invadidas por grileiros - fato que pode levar ao agravamento do desmata-

mento e dos conflitos pela terra. Essa mesma lei também coloca em risco a Política Nacional de Reforma Agrária ao estimular a comercialização das terras dos assentamentos e reduzir o papel do Incra no apoio às famílias assentadas.

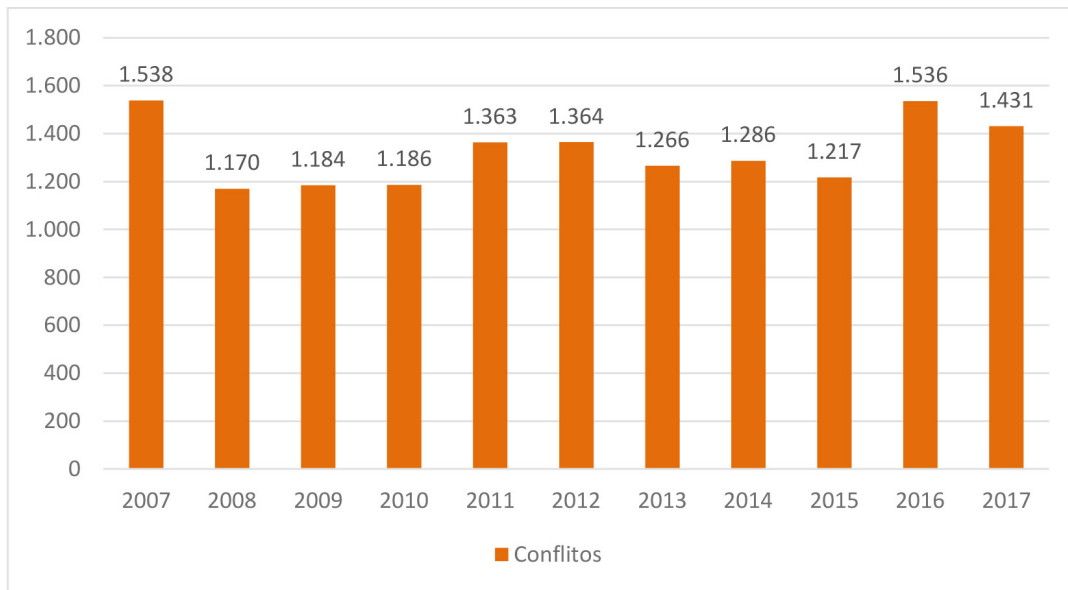
Além disso, chama-se a atenção para a articulação da Bancada Ruralista do Congresso Nacional em emplacar o PL 6.229/2002, conhecido como “Pacote do Veneno”. Essa iniciativa visa desregular e flexibilizar o uso dos agrotóxicos no Brasil, colocando em segundo plano a proteção à saúde dos cidadãos perante o consumo de alimentos e também o convívio sustentável com o meio ambiente.

Do ponto de vista dos aspectos orçamentários, o governo golpista abandonou as diretrizes de fomento a um desenvolvimento sustentável no campo e de fortalecimento da agricultura familiar. As leis orçamentárias pós-golpe apontam para diminuição significativa nos recursos destinados ao acesso a terra, ao crédito produtivo rural, para a assistência técnica e extensão rural e para infraestrutura voltada aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Evolução dos conflitos no campo no Brasil

A mensuração da violência no campo inclui conflitos pela terra, pelo trabalho (em especial trabalho escravo e superexploração) e pela água. A partir dos dados do estudo “Conflitos no Campo Brasil” elaborado pela Comissão Pastoral da Terra apresenta-se a evolução dos conflitos no campo no período 2007-2017. Em 2017, totalizaram 1.431 ocorrências, o segundo maior pico de ocorrências desde 2007, perdendo apenas para o ano de 2016 - fato que mostra que o período pós-golpe foi o mais violento dos últimos dez anos para a população do campo.

Gráfico 2 – Evolução de ocorrências de conflitos no campo. Brasil, 2007-2017

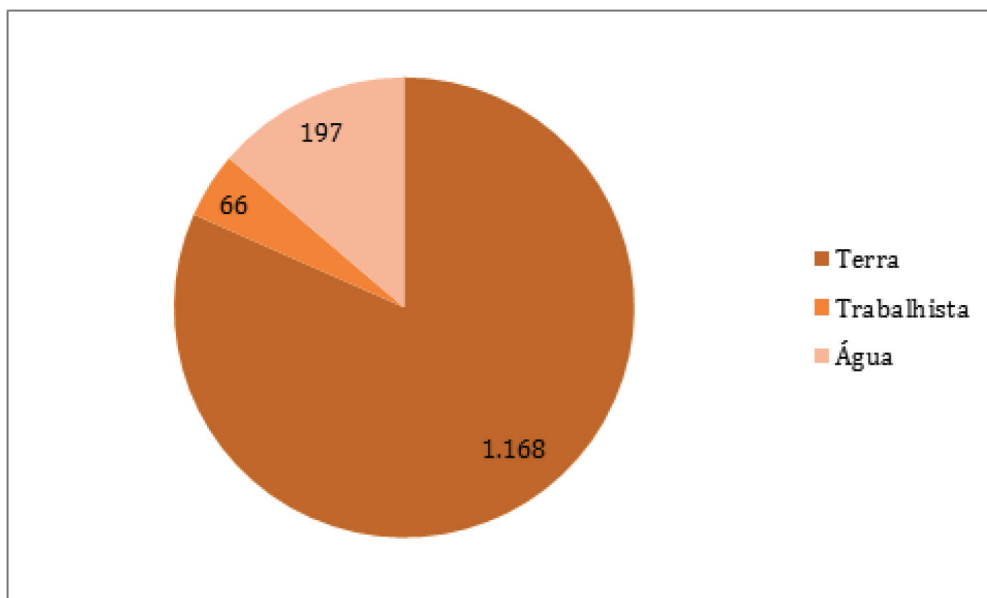


Fonte: Elaboração própria a partir da Comissão Pastoral da Terra, 2018

Em 2017, as ocorrências de conflitos no campo se distribuíram entre conflitos pela terra (1.168 ocorrências),

conflitos trabalhistas (66 ocorrências) e conflitos pela água (197 ocorrências).

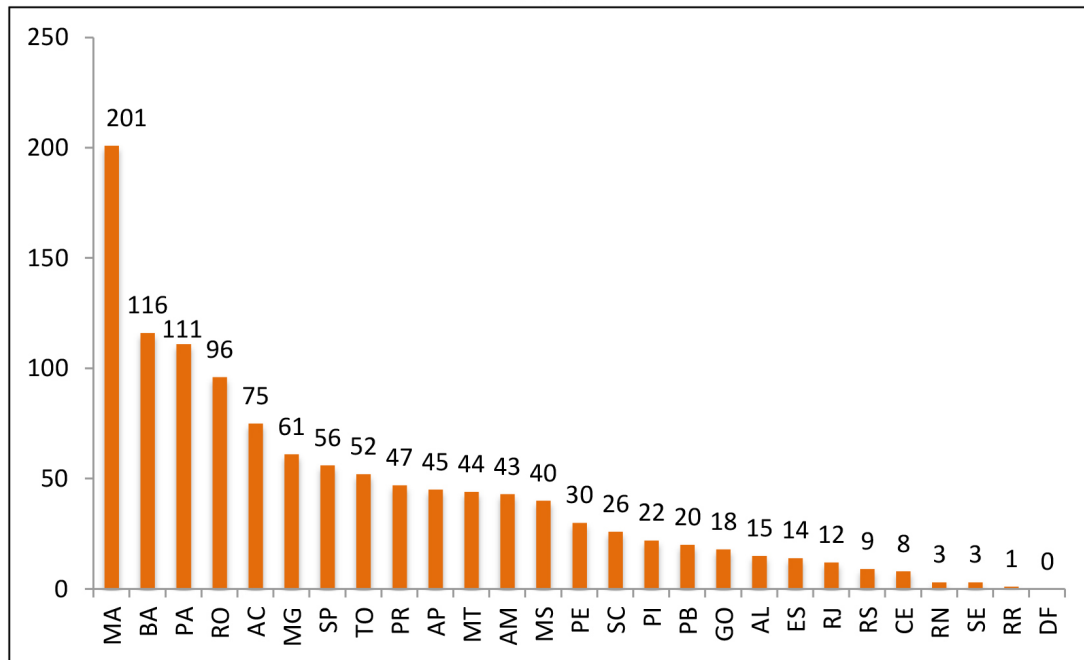
Gráfico 3 – Conflitos no campo segundo tipo de ocorrência. Brasil, 2017



Fonte: Elaboração própria a partir da Comissão Pastoral da Terra, 2018

O gráfico a seguir aponta a distribuição dos conflitos pela terra caracterizado pela violência contra ocupação e posse nas unidades federativas brasileiras. Entre os dados registrados em 2017, foi relevante notar que alguns estados têm uma representação muito forte em

matéria de conflitos no campo. Do total de ocorrências territorializadas, 17,2% dos conflitos ocorreram no Maranhão. Por sua vez, os estados da Bahia e Pará representaram, respectivamente, 9,9% e 9,5% do total de ocorrências do país.

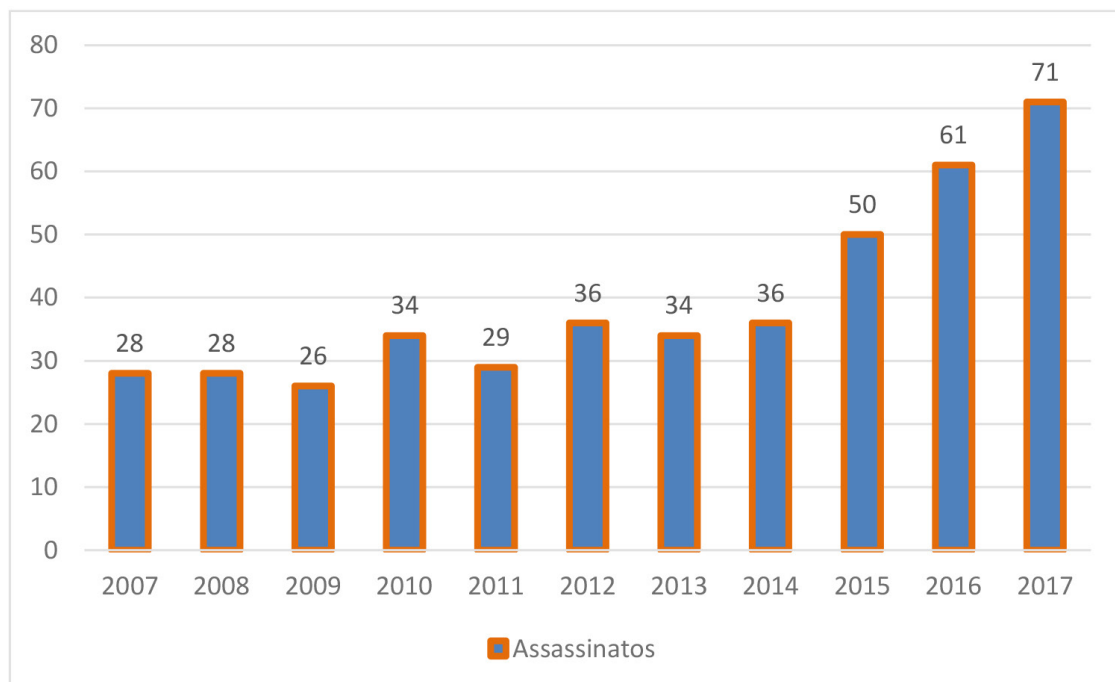
Gráfico 4 – Distribuição dos conflitos no campo segundo unidades federativas. Brasil, 2017

Fonte: Elaboração própria a partir da Comissão Pastoral da Terra, 2018

Evolução dos assassinatos no campo

Ao observar os conflitos no campo pela ótica dos assassinatos ocorridos entre 2007 e 2017, percebem-se os efeitos negativos da política implementada no

período pós-golpe. Em 2017, foram registrados 71 assassinatos (maior quantidade dos últimos dez anos), sendo 16,4% maior que em 2016, quando houve o registro de 61 assassinatos e é praticamente o dobro de 2014, que registrou 36 assassinatos.

Gráfico 5 – Evolução dos assassinatos no campo. Brasil, 2007-2017

Fonte: Elaboração própria a partir da Comissão Pastoral da Terra, 2018.

Em 2017, ao estabelecer uma relação entre assassinatos versus conflitos no campo nota-se que a quantidade representou um assassinato a cada vinte conflitos, enquanto em 2016, representava um assassinato a cada 25 conflitos.

Segundo os dados da Comissão Pastoral da Terra, além dos assassinatos, praticamente todas as demais

formas de violência contra a pessoa aumentaram em comparação a 2016. As tentativas de assassinato elevaram de 74 para 120 ocorrências – um aumento de 63% correspondente a uma tentativa de homicídio a cada três dias. As ameaças de morte aumentaram de duzentas para 226. O número de torturados passou de um para seis registros. Por fim, a quantidade de presos aumentou de 228 para 263 pessoas.